

BC autoriza os estados a antecipar R\$ 802 milhões

Operações foram feitas para rolar dívidas vencidas em janeiro

por Mariângela Gallucci
de Brasília

O Banco Central (BC) autorizou, em janeiro passado, a contratação de operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) a serem realizadas por estados e municípios num valor de R\$ 802,6 milhões. Desse total, foram efetivamente contratadas operações de R\$ 525,1 milhões.

Esse resultado não traduz, entretanto, um aumento significativo no endividamento, já que foram contratadas para rolar a dívida que vencia no período. Por força da legislação, todas as operações de ARO devem ser liquidadas até o dia 31 de janeiro do ano subsequente.

O desempenho de janeiro significou uma queda de 1,5% com relação ao resultado do mesmo mês de 1995. Já as autorizações para a contratação de dívida fundada (contratual, de longo prazo) fecharam o último mês registrando R\$ 84 milhões, ante R\$ 150 milhões no mesmo período do ano anterior.

A taxa média ponderada de juros nas operações de ARO ficou em 4,2% ao mês, entre a mínima de 2,3% e a máxima de 8%. Os estados foram os maiores tomadores, concentrando 59% das autorizações (R\$ 476,1 milhões). Os municípios vieram em segundo lugar, com

36% (R\$ 290,6 milhões), e as capitais dos estados responderam por 5% (R\$ 35,9 milhões) do total de R\$ 802,6 milhões autorizados.

Do ponto de vista do credor, os bancos privados responderam pela maior parcela dos recursos, com 78% (R\$ 624 milhões). Os oficiais (97% federais e 3% estaduais) entraram com 22%, R\$ 179 milhões. Na posição de dezembro do ano passado, os dados preliminares do BC apontam para um saldo de operações de ARO de R\$ 2,460 bilhões, o que representa uma ligeira queda com relação a novembro (R\$ 2,524 bilhões).

A redução global no endividamento está sendo provocada pelas medidas tomadas, no ano passado, no âmbito do Senado Federal e do Conselho Monetário Nacional (CMN). Por meio da Resolução 69/95, o Senado reduziu de 15 para 12% da arrecadação real nos doze meses anteriores, o teto para a contratação de dívidas em espécie. O Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, por sua vez, contingenciou o endividamento através das ARO.

No caso das dívidas fundadas, a maioria dos pedidos, 85%

(R\$ 71 milhões), veio das capitais dos estados. O restante (15% ou R\$ 12 milhões) foi autorizado para os municípios em geral. Os estados não obtiveram autorização para nenhuma operação no período. A maioria deles já está com sua capacidade de endividamento, por essa rubrica, esgotada e a única possibilidade é o refinanciamento.

Noventa e dois por cento dessas operações foram financiadas

pelos bancos oficiais e os 8% restantes por financiadores externos. "Registre-se que as instituições privadas nacionais não efetuaram nenhuma operação ao

longo do mês", afirma a nota explicativa que o BC distribuiu com os resultados de janeiro. Isso mostra o desinteresse da rede privada no alongamento do perfil das dívidas estaduais, facilitado pelo Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

O fluxo de autorizações de ARO durante o mês de janeiro continuou a ser maior para o Estado de Minas Gerais (incluindo municípios), que ficou com R\$ 275,69 milhões do total. Em janeiro do ano passado, o estado foi, também, o maior tomador, com operações no valor de R\$ 349,352 milhões.

Os estados ficaram com 59% das autorizações e os municípios com 36%